



# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL**

**ATA Nº 02/2013**

**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM**

**30 de abril de 2013**

**PRESIDENTE:** Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

**1º SECRETÁRIO:** Francisco da Silva António

**2º SECRETÁRIO:** Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Salão Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### **Período Antes da Ordem do Dia**

#### **Ordem de Trabalhos**

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;**
- 2. Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo;**
- 3. Designação de elemento a integrar na CPCJ de Sardoal;**
- 4. Prestação de Contas do ano de 2012;**
- 5. Apreciação do inventário de todos os bens da Autarquia.**

### **Período de Intervenção do Público**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, José Maria Mora de Campos, Joaquim António Lopes Serras, Anacleto da Silva Batista, Júlio Martins Lobato, Carlota Maria Garibaldi Serrão Mora, Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida, Adérito Miguel Gaspar Garcia, José Fernando Amaro Esteves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Francisco da Silva António, Luis Patrão Salgueiro, Victor Lopes Pires, Manuel José dos Santos Serras e Fernando Teresa da Silva. -----

Estiveram presentes os Senhores, Vice-Presidente da Câmara e Vereadores, Fernando Vasco e Pedro Duque. -----

O Senhor Presidente da Câmara não compareceu na reunião por se encontrar de férias. -----

Não esteve presente o Senhor deputado Manuel Paulo de Almeida da Silva, Marta Tavares, Pedro Miguel Matos Carreira, António Pereira Fernandes. Os Senhores deputados Manuel Paulo, Pedro Carreira e António Pereira Fernandes justificaram antecipadamente a sua falta. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

### **Período Antes da Ordem do Dia**

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras para uma questão relativa ao turismo e àquilo que tem sido feito no Sardoal, no que concerne o desenvolvimento turístico, nomeadamente o turismo religioso, às igrejas, à questão de Gil Vicente, que pode ser um potencial económico para o Sardoal. ----

Interveio a Senhora deputada Arminda para chamar a atenção, mais uma vez, querendo de saber o que é que a Câmara pensa fazer ou já fez alguma coisa sobre o problema da saúde no concelho. Como se sabe o centro de saúde do Sardoal está muito bem equipado, tem pessoal suficiente a nível de enfermagem, administrativo e auxiliar, tendo condições ótimas para fazer ainda mais do que aquilo que é feito, simplesmente não há médicos. O centro de saúde teve os dois médicos estrangeiros, continua com uma que vai acabar o contrato e, se calhar antes do tempo previsto, provavelmente, seis meses antes, ou seja, final do ano 2013. Até aqui, o centro de saúde esteve com abertura de ficheiros a pessoas que são oriundas do concelho de Abrantes, das freguesias do norte, Souto, Carvalhal e Fontes, pessoas que ao longo dos anos têm sido muito mal atendidas, porque os médicos não se fixavam, à exceção do Souto, porque o doutor Heitor esteve lá muitos anos e, portanto, o centro de saúde, não só tem os utentes residente no concelho de Sardoal, como recebeu utentes oriundos do concelho vizinho. Para dizer com isto que, se calhar, será bom tomar-se medidas antecipadas porque neste momento existem dois mil e muitos utentes, sem médico de família. Esta situação está a ser colmatada, primeiro, até há uma semana atrás, com dois médicos que vinham fazer oito horas por semana de recurso e, neste momento, é só quatro horas de recurso. A médica que se encontra a tempo inteiro tem um ficheiro de dois mil utentes, já não são os mil setecentos e cinquenta e, existe o caso da dra. Ana Macedo que neste momento está a receber utentes sem ficheiro, mas não é uma médica que faça todo o serviço e que faça o acompanhamento devido aos utentes. -----

Na sua opinião as juntas de freguesia deviam fazer uma força muito grande em conjunto com a Câmara e, agora, porque existe uma nova diretora executiva, existem outras pessoas que também não conhecem muito bem a realidade do concelho e é muito difícil as pessoas terem de se deslocar a Abrantes novamente, se isto acontecer, para um recurso e, muitas vezes às nove da manhã já está cheio para o dia todo. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia para colocar algumas questões começando pelo torneio jovem nadador salvador que se realizou há poucos dias e que passou também pelo concelho de Sardoal, que é sempre de salutar mas, pena é, que a piscina, se é que se pode chamar de piscina em tudo o que isso implica, não se tinha tido a ambição de ter uma piscina que permita outro tipo de eventos, tendo ficado um pouco desagradado, mas é o que se tem. -----

Continuou, questionando sobre o PDM e o seu ponto de situação nos termos da posição contratual, quanto é que foi pago à empresa com a qual existe um contrato assinado e, se possível as datas em que foram feitos os pagamentos. -----

Colocou também uma questão sobre os Bombeiros Voluntários, querendo saber se existem dívidas ou valores em dívida para com os bombeiros voluntários de Sardoal, dado ter ouvido algumas queixas. -----

Questionou ainda sobre a Barragem da Lapa, devido às intempéries das últimas semanas, a Barragem subiu um pouco mais do que o nível que estava pré estabelecido pelo LNEC, como limite de segurança, querendo saber o que é que foi feito para tentar minimizar esta questão e, que perigos efetivos é que as populações a jusante da barragem corriam ou correm, uma vez que ainda está por se reparar a fissura que existe no paredão e que seguramente importará a questões de segurança. -----

O Senhor deputado fez referência à recente decisão do Tribunal Constitucional acerca do orçamento de Estado para 2013, que poderá vir a trazer algum impacto nas contas e no orçamento da Câmara para 2013, questionando assim, se a Câmara Municipal, está em condições de garantir o cumprimento de todas as suas obrigações, especialmente para com os funcionários autárquicos, nomeadamente na área de tudo aquilo que está relacionado com as normas que o Tribunal Constitucional veio a proferir como inconstitucionais. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente começando por responder ao deputado Joaquim Serras, que sem dúvida, o concelho de Sardoal tem um potencial turístico ímpar, o qual não passa só pelo turismo religioso e, a Câmara tem definido como estratégia em termos turísticos, a fé e a religiosidade, por uma questão quase natural, pelo património cultural e material e, cerimónias que o concelho tem. Existe uma estratégia definida em relação ao turismo religioso que não tem tanto impacto para os sardoalenses, que no seu dia-a-dia parece que nada se passa, se não estiverem atentos, porque é uma estratégia que procura criar impacto fora do concelho, procura que outras pessoas, que não os sardoalenses, venham ao Sardoal visitar as suas riquezas e, muito tem sido feito, de tal forma que os resultados satisfazem, quanto mais gente, quanto mais turistas o Concelho tiver melhor, mas uma coisa é certa, ultimamente, e já de alguns anos a esta parte, com maior incidência nos últimos meses, tem-se tido uma grande procura de grupos organizados de turistas, dos mais variados setores que procuram e

vêm passar um dia inteiro ao Sardoal. Contactam os serviços da Câmara Municipal, a Câmara tem um Técnico Superior de Turismo que toma conta destas procuras, mas a Câmara não se limita a isso, as pessoas são acompanhadas e, recentemente um desses grupos foi recebido pelo Gil Vicente, que é um ator que é funcionário do município, que recebe os turistas, vestido de Gil Vicente e faz o enquadramento histórico e cultural e o porquê também de Gil Vicente e Vicente Gil, mestre de Sardoal, qual o enquadramento e qual a importância que tem no concelho. -----

Continuou referindo que muito trabalho tem sido feito, o qual não é tão visível para os sardoalenses, mas tem tido impacto fora do concelho, recordando que nas festas do concelho, de há dois anos atrás, terem sido realizadas as jornadas do património, com impacto a nível nacional, dado terem estado presentes grandes especialistas na área do património. No ano passado, também nas festas do concelho, houve um debate sobre o mestre de Sardoal em que participou um dos maiores especialistas da Península Ibérica, sobre a história da arte e, com todo o impacto que isto tem a nível nacional, porque o Sardoal foi notícia pelas melhores razões em todo o país. -----

Há pouco, o concelho também teve a visita de uma equipa do Herity, para certificar dois equipamentos existentes no concelho e que é uma associação que nasce no seio da Unesco e que qualifica os sítios de interesse patrimonial. A Câmara candidatou os dois primeiros sítios, nomeadamente o Centro Cultural Gil Vicente e a Igreja Matriz, tendo os técnicos enviado já um relatório, que muito honra e orgulha o Sardoal, não só pelo património edificado que existe, por exemplo o Centro Cultural Gil Vicente e igreja Matriz, por toda a riqueza e beleza que tem, mas também por toda a estratégia, todo o envolvimento humano e todo o empenho e todas as estruturas que a Câmara tem, de apoio, para esses edifícios. O relatório aponta alguns aspetos a melhorar, mas numa maneira geral é um relatório muito bom. Vai existir um catálogo mundial, onde as pessoas sabem que, se passarem pela região do Sardoal, poderão visitar este ou aquele equipamento ou edifício com diversas qualidades em termos patrimoniais. -----

A Autarquia também está a desenvolver o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico do Médio Tejo, o que é muito importante, porque no Médio Tejo existe uma cidade, em termos de turismo religioso, que não existe na Península Ibérica, nomeadamente Fátima e, o que acontece é que, no Médio Tejo, tem de se ter uma boa estratégia que permita ou que obrigue um turista, que vai visitar Fátima, que não se fique só por ali, que saiba que no Médio Tejo existem outras ofertas de turismo religioso. Tudo isto é muito importante porque a Semana Santa é fácil de promover e que por si só as pessoas sabem que é naquela data, faz parte do calendário e as pessoas recordam-se que no Sardoal há cerimónias religiosas e outras complementares à mesma. O que é importante que se perceba e, é

aqui que está o grande desafio e, aquilo que se está a tentar fazer, é saber como potenciar aquela riqueza e o património religioso que o concelho tem da Semana Santa, nos restantes dias do ano, isto é que é importante, porque por si só, a aposta da Semana Santa está ganha, mas quando as pessoas vêm em agosto ao Sardoal, não há Semana Santa, mas precisam de ter disponível tudo aquilo que é o património, tudo aquilo que é a história, todo este contexto de fé e religiosidade, precisam de o ter disponível para visitar, também numa lógica turística e, é isto que a autarquia tem estado a fazer, bem como, através da Tagus, em parceria com os concelhos de Abrantes, Constância e Vila Nova da Barquinha e, também quando há um evento organizado por um destes parceiros, todos os outros apresentam e mostram tudo o que é o seu património, as suas potencialidades turísticas. -----

Sobre a saúde, referiu não ter muito para dizer porquanto a Senhora deputada tinha dito tudo e fez um retrato perfeito de tudo aquilo que é e do que pode vir a ser a saúde no concelho de Sardoal e, esta é uma preocupação grande. Referiu que a primeira entrevista que deu quando entrou para Vereador, na qual foi questionado sobre as suas preocupações e, ainda não se falava na falta de médicos, respondeu então que estava muito preocupado com as questões de saúde e com a falta de médicos, porque realmente parece que ninguém consegue resolver este problema. A Câmara está preocupada e já marcou uma reunião com a Senhora diretora executiva do ACES para a próxima segunda-feira para apresentação deste problema, que hoje é um problema ao qual as pessoas já conseguem minimamente lidar, porque um médico com quatro horas, para mais quatro mil utentes não é nada e, existem freguesias perto do Sardoal, que com menos habitantes e menos ficheiros, conseguem ter outros médicos e irá questionar a Senhora diretora também sobre esta situação. A Câmara está e irá continuar a estar atenta, porque este é um problema que tarda em ser resolvido pelos sucessivos governos, parece que os lóbis continuam e têm muita força, resta esperar que alguém, um dia, consiga dar a volta a esta questão e obrigue, aquelas pessoas que foram formadas, licenciadas com dinheiros públicos, porque toda a gente pagou a formação de muitas destas pessoas, a ir para onde fazem falta e não lhes seja permitido fazer a escolha para que se concentrem nos grandes centros. Isto é um pouco o que se passa com os professores, em que existe um concurso, há vagas em determinado sítio, se o professor quer emprego concorre, se não, fica de fora, não percebendo porque é que isto não é feito com os médicos. Se os seus estudos foram pagos, porque é que depois não dão resposta às necessidades e, querem todos ficar concentrados nos grandes centros. -----

Continuou o Senhor Vice-Presidente respondendo à questão colocada sobre o torneio jovem nadador, dizendo que a piscina coberta é um tanque de aprendizagem, não é uma piscina que permita a competição, pelo menos da forma mínima que ela deva ser feita, que é de uma piscina de 25 metros. É

um tanque de aprendizagem e como tal cumpre bem a sua função, não só para aprendizagem mas também como apoio aos mais idosos no hidro sénior e, é pena que não se tenha um outro equipamento desportivo um pouco maior que possa dar resposta a alguns jovens bons nadadores que o concelho tem. -----

Sobre o PDM referiu que o Senhor deputado não tinha feito o trabalho de casa e que este assunto tinha sido abordado há pouco tempo em reunião de Câmara e, não tendo consigo os dados nunca pensou que esta pergunta lhe fosse colocada, mencionando contudo que o PDM tem cinco fases e a Autarquia tem concluída a terceira, sendo que os números, salvo erro, andarão à volta de vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro mil euros, que estão pagos à empresa, porque existe um contrato que diz que no final da primeira fase será pago quinze por cento, no final da segunda outros quinze por cento e após conclusão de terceira fase, vinte por cento. Falta a quarta fase que é o projeto plano e a quinta fase que é a aprovação do PDM. Em reunião de Câmara recente foi tomada uma decisão em relação à posição contratual para se ver se o PDM continua a andar. O PDM não está parado, até porque já se encontra na terceira fase, agora é preciso fazer alguns acertos e ajustar a nova legislação que está sempre a sair, aliás, a revisão dos PDM's, pois não é só o do Sardoal que não estão concluídos, poucos são os municípios que têm a revisão do PDM concluída. Referiu que tem participado em algumas reuniões com a CCCR para que o processo avance de forma correta, porque este PDM é um instrumento muito importante para o desenvolvimento estratégico de um concelho e, como tal, tem de ser bem pensado, bem estudado, bem analisado, bem discutido e não algo, que seja feito à pressa como foram todos os primeiros PDM's deste país, porque houve necessidade de os fazer para se dar resposta aos fundos comunitários, por isso, pensa que responde à pergunta do Senhor deputado, quando diz que três fases estão concluídas e que está pago cinquenta por cento de acordo com o trabalho que foi feito e entregue. -----

Relativamente à barragem da Lapa, o Senhor Vice-Presidente referiu ficar incomodado quando se fala nos perigos da barragem, sendo certo que a obra não está correta, não está concluída, não está entregue, mas não há necessidade de se andar a assustar as pessoas que vivem abaixo da barragem, porque se realmente oferecesse perigos, todos os engenheiros e especialistas que por ali passaram, da Agência Portuguesa do Ambiente, teriam tomado uma posição firme em relação à mesma. A Autarquia está calma e serena, contudo quer que este problema seja resolvido, porque a barragem foi construída, não para ficar na cota 161, mas para se ter um aproveitamento pleno da mesma. A Câmara está interessada nessa situação e quanto mais cheia a barragem estiver, melhor para todos. -----

Continuou referindo que foi rececionada, esta semana, um relatório vindo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, sobre os estudos prévios do projeto de requalificação da barragem, o projeto foi entregue em setembro à Agência Portuguesa do Ambiente que depois o enviou para análise e informação àquele laboratório. Este estudo será entregue ao consórcio que é o responsável pela obra de requalificação da barragem. No relatório é aconselhado a fazer-se algumas coisas de pormenor diferente e também que sejam elaborados alguns estudos, coisa pouca, e, na sua opinião, não será por aí que as obras da barragem vão atrasar. -----

Sobre o que foi referido do mau tempo, a cota que está recomendada foi ultrapassada, mas também no plano de segurança onde diz que a barragem não deve estar acima daquela cota, também diz que, quando isso acontece, tem de haver descargas controladas, tem de haver um esvaziamento de "X" por mês, faseadamente todos os dias. -----

Continuou, referindo-se ao Orçamento de Estado, em que não haverá problemas, os funcionários do município podem estar descansado, aliás ainda não se sabe bem o que irá acontecer, mas se a autarquia tiver de pagar os subsídios de férias a todos os funcionários do município, daqui a dois meses, a autarquia está em condições de o fazer. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia para referir que o Senhor Vice-Presidente não tinha respondido à questão sobre os Bombeiros Voluntários e para referir ainda, que na documentação enviada pelo Dr. Nelson havia uma ata incluída, da reunião de Câmara realizada no dia 10 de abril, tendo reparado numa situação, que espera tenha sido um mero acaso, mas ainda assim gostaria de fazer uma sugestão relativamente ao ponto oito, transmissão de prédio na zona industrial, na qual não consta quem são as pessoas ou empresas que estão incluídas nesta operação de transmissão de prédio. A ata é de tal forma sucinta que não tem essa informação e na sua opinião é importante constar uma informação mais completa. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo que sobre os bombeiros, a melhor resposta é o documento que se tem em mãos e no qual não existe qualquer referência a alguma dívida a algum bombeiro voluntário, por duas vezes esse assunto foi abordado em reunião de Câmara e, o Senhor Presidente foi firme em dizer que não há dívida absolutamente alguma para com algum bombeiro voluntário. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras referindo que em relação à saúde é importante sublinhar a importância que pode ter o posto de Alcaravela, no sentido em que pode ajudar a descongestionar o Centro de Saúde de Sardoal e pela proximidade que já teve e pode voltar a ter em termos de consultas para aquela localidade. -----



Colocou ainda uma questão relativa à poupança energética dos autocolantes que têm sido colocados nos postos de iluminação pública bem como o que é que o município tem feito em termos de novas energias, energias renováveis, as novas tecnologias que podem ajudar a poupar energia e a reduzir a fatura da eletricidade. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que em relação à saúde, ainda este fim de semana esteve a falar com deputados da Assembleia da República e que a mesma opinião foi partilhada, de que não faz sentido absolutamente algum, transportar mil ou duas mil pessoas doentes em vez de transportar um médico saudável para as consultar a dez quilómetros de distância, ou seja, preferem que as pessoas se desloquem para ir ao centro de saúde, em vez de o médico se deslocar duas ou três vezes por semana, de acordo com o número de utentes. Na sua opinião o posto de Alcaravela, porque tinha um ficheiro de novecentos utentes, seria importante ter um médico, nem que fosse duas manhãs, o que poderia resolver o problema a essas pessoas. -----

No que concerne à questão do ambiente, informou que a Autarquia faz parte da Agência do Ambiente Médio Tejo 21, o município de Sardoal é o fundador dessa agência, que tem um conjunto de municípios, não só os do Médio Tejo como também os do Pinhal Interior Sul, faz parte dos órgãos diretivos e define estratégias em termos de ambiente. Esta poupança energética que é visível, é algo que já se pedia há muito tempo, mas só agora é que foi possível que viessem fazer estes cortes, tendo sido feito um estudo pelos técnicos da Agência Médio Tejo 21, que refere onde se pode fazer mais poupança energética, nomeadamente substituir o tipo de lâmpadas, substituição de balastos entre outros, tudo isto faz parte de um plano e de um projeto que a Médio Tejo 21 fez, tendo andado pelo concelho durante alguns dias e horas à noite, estudando todos os pontos de luz do concelho para desenvolvimento desse projeto. -----

A autarquia está também preocupada com outras formas de energia, nomeadamente a piscina municipal, o tanque de aprendizagem, pois não faz sentido que se gaste o que se gasta hoje em dia com gás para aquecimento, existem outras formas alternativas de aquecimento da piscina, saudáveis para o meio ambiente e com uma redução significativa de custos. -----

Esta agência define aquilo que são as necessidades do concelho, a Câmara define as suas prioridades e depois é colocado numa plataforma que existe, onde as empresas desta área energética podem ver as necessidades dos concelhos. -----

Há pouco tempo a Câmara também se candidatou, com alguns espaços do município, que pudessem estar disponíveis para produção de energia de microgeração, nomeadamente o telhado do Centro Cultural, que é tão grande, no qual pode ser instalado um conjunto de painéis para produção de energia

de microgeração, assim como o quartel dos bombeiros e o jardim-de-infância, pela sua exposição ao sol, são espaços muito bons para a produção de energia. Esta produção de energia é feita para posteriormente ser vendida à empresa e depois esse valor ser descontado na fatura energética. ----- Existe outro projeto de estudo de eficiência energética para o edifício dos Paços do Concelho, para a Biblioteca Municipal e também para o Quartel dos Bombeiros e, quando se fala em eficiência energética por vezes fala-se de coisas tão simples, como por exemplo os vãos, alguns deles estão deteriorados e, o fato de serem alterados e substituídos provocará um maior isolamento térmico e com isso consegue-se reduzir a fatura, se bem que, reduzir a fatura é como brincar ao gato e ao rato, a autarquia reduz a fatura mas as empresas vão aumentando, o que se torna complicado. -----

### **Ordem de Trabalhos**

#### **1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 02, de 11 de janeiro;**

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara referindo estar disponível para responder às questões colocadas pelos Senhores deputados. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia questionando sobre a rua da Olaria, dado que as obras recomeçaram e, aparentemente com alguns percalços, restando uma pedra para tirar da ribeira, e querendo saber como se irá fazer para retirar a pedra daquele local. Esta obra, até pelo acontecimento, presume que existe um técnico responsável pela mesma e pela segurança, questão que o preocupa mais do que propriamente a pedra. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Manuel Serras referindo-se ao Gabinete Florestal e o que foi aprovado ao Proder e, referindo-se à freguesia de Alcaravela, porque na defesa da floresta, talvez seja a maior área florestal que o concelho tem e a nível da floresta é a que menos apoios tem tido a nível de limpeza de estradões florestais e inclusive, das próprias vias florestais. Foi-lhe informado que a freguesia tem duas Zif's a funcionar, as quais também têm funcionado aos poucos e poucos e, segundo o que sabe, da parte das vias florestais, não tem sido, nessa parte da defesa da floresta em relação aos estradões e às vias municipais, que abranjam a área de defesa de fogos florestais, que é aquela área que é feita numa área de 40 metros fora das vias e que a própria Zif não abrange. Tem passado pelo concelho e tem reparado que a sua freguesia não foi abrangida por qualquer projeto. Primeiro tem zonas de intervenção dentro da freguesia que são muito apreciadas por algumas pessoas e, que dentro dessa zona da limpeza da defesa dos fogos florestais tem que dar apoio aos fogos florestais, que é o caso da Rosa Mana e que não tem sido praticamente abrangida por nada também. O pior é que, dentro da sua área da freguesia, tem caminhos completamente intransitáveis, pois as próprias águas deste

inverno cortaram os caminhos. A junta de freguesia não tem capacidade para fazer esse trabalho, a máquina esteve na freguesia, no ano 2012, oito dias e, passado este tempo a máquina retirou e nunca mais foi à freguesia de Alcaravela. É presidente de junta há oito anos e, nestes anos, teve a máquina talvez umas três vezes. O assunto sempre foi remediado com aquilo que existia na freguesia e com o pessoal que estava ao serviço da junta, mas fora isso a freguesia nunca mais teve acesso ao mecanismo, que quem tem é a Câmara. Continuou, referindo que, agora que existe este Proder, espera que a sua freguesia não fique de fora.-----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente, referindo-se à rua da Olaria, que nada se faz sem que haja um técnico responsável, existe um projeto que tem um técnico responsável e depois há um decisão política com base no projeto que é apresentado. Falou com o técnico responsável, o qual referiu ter havido condições climatéricas com as quais não se estava a fazer conta, houve imprevisto e uma parte que foi retirada e, a seguir veio uma grande chuvada, uma grande enxurrada e pessoas que ali moram dizem que nunca viram a ribeira com tanta força e, o que é certo é que não correu bem, houve um abatimento, estando uma pedra na ribeira, estando a aguardar-se que o técnico entregue um projeto de reabilitação, ou uma alternativa àquilo que ali foi feito. Foi uma situação que não correu bem, assim como outras no país. Recordar-se das casas em Guimarães, que são casas novas, onde também houve um aluimento de terras. Existem imponderáveis que não se conseguem controlar. A decisão política foi de se fazer perante aquilo que era um projeto técnico, que não correu bem, ninguém se magoou, não houve danos materiais, recompor-se aquilo que não correu bem. -----

Sobre as Zif's e o projeto florestal, o princípio é este, as zonas de intervenção florestal, as Zif's, são financiadas por fundos comunitários e, este projeto florestal de reflorestação e defesa da floresta também é financiado por fundos comunitários. O que nunca pode acontecer e, são regras comunitárias, é haver um duplo financiamento para o mesmo objeto, como tal, corretamente ou não, houve quem decidisse que as Zif's ficariam de fora, porque supostamente já estariam umas Zif's que iriam intervir em todo o território, não percebendo porque é que tal não foi feito, porque é que alguns estradões ficaram de fora. De qualquer das formas, existe sempre forma de solucionar, porque as máquinas não são dos projetos, são do município e os trabalhadores também, a Câmara pode pôr muito bem, as máquinas e os trabalhadores a fazer aquilo que as Zif's ou os projetos comunitários não estão a fazer e pode, a qualquer momento resolver, aquilo que pode estar mal resolvido. A Câmara está preocupada e o Senhor Presidente da junta de freguesia de Alcaravela sabe, de tal forma, que não há muito tempo, foi assinado um protocolo com esta junta de freguesia, de apoio à limpeza de matas, precisamente numa lógica de prevenção florestal, por isso, a Câmara está preocupada e atenta. -----

Continuou, referindo que neste momento está a ser concluído o Plano Municipal de Defesa da Floresta que será brevemente aprovado no conselho municipal de defesa da floresta, os Senhores Presidentes de junta têm lá o seu representante, tendo a oportunidade também de se juntar e dar as suas sugestões para este plano municipal de defesa da floresta. -----

## **2. Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo;**

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara referindo que este Regulamento é sentido pela Câmara, e pensa que por todos, como uma necessidade, num momento de grande crise que se atravessa. Sabe-se as dificuldades, cada vez maiores que as pessoas têm, sabe-se que se se tiver uma importância social de poder oferecer a um jovem, que está a estudar na universidade, durante dez meses, uma bolsa de cem euros/mês, de acordo com as regras apresentadas e que teve um período de discussão pública, não tem quaisquer dúvidas que, no momento que se vive, vai contribuir em muito para a qualidade desses jovens, ou até para fazer com que eles não abandonem o ensino superior. Sabe-se que cada vez é maior o número de estudantes que abandonam o ensino superior por falta de condições de pagamento. Existe um Regulamento que foi objeto de discussão pública, estando a ser apresentado o resultado final na Assembleia Municipal, o qual gostaria que fosse aprovado porquanto é muito importante para a maioria dos jovens. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo concordar com este tipo de regulamentos até porque definem as regras claras de como as coisas podem funcionar e, as pessoas que se querem candidatar conhecem a forma como o devem fazer e como se rege o processo e, nesse sentido a bancada do PS acha bem que se tenha feito este regulamento e contará com o voto da mesma. -----

Interveio a Senhora deputada Carlota Mora para dar a sua opinião, pois acha este regulamento importante, o qual devia ter acontecido há mais tempo porque, efetivamente é extemporaneamente talvez ineficaz para este executivo, porque na prática, só poderá ser aplicado no próximo ano letivo, portanto, ao ser aprovado agora por este executivo e, vai haver eleições, na prática já não vai acontecer. Só lamenta o atraso do Regulamento. -----

Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que o que interessa é a população e não o executivo, o Regulamento é feito para as pessoas que usufruem dele e não para o executivo camarário. O Senhor Presidente da Mesa dirigiu-se ao Senhor deputado Mora de Campos referindo-lhe que tem de se habituar que naquela sede é dono da sua palavra, não lhe permitindo certas atitudes. -----

O Senhor deputado Mora de Campo disse que com todo o respeito e da amizade, tem de recordar o Regulamento, em que, o Presidente da Assembleia, dirige, dá, retira a palavra, conta as votações, não emite opiniões como Presidente e, se o quiser fazer, o Regulamento é muito expressivo, pede para ser

substituído na Mesa e tem todo o direito de emitir a sua opinião como deputado. Na qualidade de Presidente, dirige os trabalhos, tem o direito e o dever de retirar a palavra aos Senhores deputados quando excede o tempo, quando excedem as observações. Entrar no debate, entrar no diálogo, quer seja a favor, quer seja contra, recordou que está regulamentado, que lhe está vedada essa qualidade como Presidente, como deputado, pede para ser substituído e fá-lo. -----

O Senhor Presidente da Mesa retorquiu dizendo que o Senhor deputado não conhecia o Regulamento e que as suas palavras eram completamente abusivas, voltando a repetir que não lhe admitia que interviesse num certo tom, a tentar contrariar a sua forma de estar, que sempre foi séria e honesta e sempre tentou, sobretudo, fazer da Assembleia Municipal um lugar onde se discuta. Esta situação já aconteceu várias vezes, e estando a chegar-se ao fim do mandato, a sua atitude será sempre esta até ao fim, não tirando nem uma vírgula, e, se o Senhor deputado não está habituado a este tipo de democracia, tem de se habituar. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente para dizer que, não é por se estar nesta altura do ano ou por se estar próximo de um período eleitoral que o executivo vai deixar de fazer o que tem a fazer e, aquilo que acha que é bem feito, com receio que alguém ache que é uma medida eleitoralista. O executivo não se preocupa com isso, até porque, ao longo destes anos tem feito muito e bem feito. Esta é mais uma medida que se está a fazer, que vem numa altura em que as pessoas precisam e, se podia ter vindo antes, é verdade, mas também houve outras medidas. Quando foi estudante, era estudante trabalhador, aos catorze anos teve de começar a trabalhar para depois poder estudar e, se houvesse um município que lhe tivesse dado estas oportunidades, teria sido excelente. -----

É importante que as pessoas saibam que o executivo não vai deixar de fazer, seja o que for, bem feito, porque aquilo que faz, acha que está bem feito, com receio de ser acusado seja do que for. -----

Este regulamento foi feito para os jovens do concelho de Sardoal que precisem e, não é para o partido A, B ou C, é para aqueles que precisam. -----

Interveio a Senhora deputada Carlota Mora, para referir que o que queria dizer é que já devia ter acontecido, porque este projeto já esteve em papel há muitos anos, portanto demorou muitos anos, muito tempo a por em prática e, o que disse é que, neste ano letivo já não vai ter eficácia, o novo executivo que vai tomar, seja lá de que cor for, não interessa, pode ter outra ideia, portanto, quem o vai aprovar agora pode ir até muito mais além. O que quer dizer é que se peca pelo atraso. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu não ter conhecimento desta situação, mas também durante estes anos todos, nunca se falou sobre ele, há quatro anos que está na Câmara e nunca ninguém de outra bancada ou mesmo da sua, chamou a atenção para a necessidade de se fazer um regulamento para

atribuição de bolsas de estudo, tendo ouvido uma pessoa de uma bancada ali presente, falar no assunto, mas num contexto completamente diferente, a dizer que era importante um regulamento para bolsas de estudo e, qualquer um dos deputados ali presentes teria legitimidade para o sugerir. -----

Posto o assunto a votação e considerando a alínea a) do n.º 2 do artigo 53º, da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

### **3. Designação de elemento a integrar a CPCJ de Sardoal;**

O Senhor Presidente da Mesa lembrou que na última sessão da Assembleia Municipal foram designados quatro elementos para integrar a CPCJ de Sardoal, mas acontece que um deles, por motivos pessoais, não pode continuar na Comissão, daí que a Mesa propõe que se designe um outro elemento para substituir a Sra. Lurdes Roldão. Foi proposto o nome da Sra. Susana Lopes e que fosse votado também em papel com “sim” ou “não”. -----

Posto o assunto a votação e considerando a alínea l) do artigo 17º, da Lei nº 147/ 99, de 01 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, com catorze votos sim e um voto em branco, nomear a seguinte cidadã eleitora, Senhora Susana Maria dos Santos Lopes, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardoal. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

### **4. Prestação de Contas do ano de 2012;**

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que já tem vindo a dizer há algum tempo e, já o disse nesta Assembleia Municipal, que o grande objetivo da Autarquia é a regularização da situação financeira do município, porque entende, que se a Câmara tem contas certas, equilibradas, que se podem controlar e controladas, pode-se pensar no futuro de uma forma completamente diferente. Foi esta a grande aposta, que levou a ter este ano, um resultado líquido do exercício de quatrocentos e seis mil euros, em que houve uma diminuição total da dívida de um milhão duzentos e sessenta e cinco mil euros, poupanças com pessoal, também na ordem dos duzentos e trinta mil euros, fornecimentos de

serviços, ou seja, de uma maneira geral, tem a certeza que os Senhores deputados irão concordar, que, em termos de contas, existe um trabalho muito bem feito, são contas que se podem apresentar em qualquer lugar. A Câmara tem orgulho no trabalho que foi e tem sido feito neste mandato em relação às contas. -----

No princípio do equilíbrio, pela primeira vez em alguns anos, tem-se um resultado positivo. -----

Aproveitou também para dizer, dado que por vezes há dúvidas, que, quando se fala na diminuição dívida de um milhão duzentos e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e oito ponto cinquenta e três euros, cinquenta e um por cento, a dívida a curto prazo e quarenta e nove por cento, a dívida a médio e longo prazo, sendo certo que o esforço tem de ser igualmente grande para pagar a dívida a curto prazo como para pagar a dívida a médio e longo prazo. São compromissos que a Câmara tem e deve assumi-los. Também é importante referir, da análise orçamental que se tem, a disponibilidade, depois de toda a receita comprometida, que se atingiu um valor que já não se atingia há muito tempo, de trinta por cento de disponibilidade, ou seja, setenta por cento é o valor da receita total comprometida. Estes valores andavam bem mais elevados e, este ano atingiu-se um valor como há muito tempo não se atingia. -----

Esta é a grande obra do executivo, foi aquilo a que se propôs desde o princípio e os resultados estão à vista para quem quer analisar e, o executivo não tem dúvidas nenhuma, digam o que disserem, está aqui obra feita da qual se orgulha bastante, porque reduzir num ano, um milhão e duzentos e tal mil euros a dívida e, reduzir numa média de quase um milhão de euros, sem que se note no dia-a-dia, a diferença, ou seja, continuando a fazer aquilo que se acha que é essencial, na área da ação social, da educação, na área da qualidade de vida e, não falando, porque todos conhecem muito bem porque são pessoas atentas, aos estudos que têm surgido nesse sentido, por isso, apesar de todo este esforço que se está a fazer, através de regras claras de eficiência de eficácia, utilizando os dinheiros públicos da melhor forma possível, olhando para os tempos que se tem e, de tal forma, que o executivo achou que tem razão, neste mandato, que a meio do mesmo surja a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, porque por vezes existe tendência em confundir, que as coisas se fazem porque surgiu uma lei, não, quando esta lei surge, vem de encontro daquilo que eram as regras que a autarquia já estava a aplicar no município, de tal forma que não foi difícil à autarquia adaptar-se à lei dos compromissos e pagamentos em atraso. -----

Também recordou que a primeira tranche do PAEL já tinha chegado e que já está a ser pago aos fornecedores. Este é um município que foi buscar o menor valor ao PAEL, quatrocentos e sessenta mil euros é um valor irrisório comparado com municípios de dimensão igual e, alguns até aqui bem perto que têm dívidas e apresentam resultados do exercício do ano anterior de catorze, quinze, dezasseis

milhões de euros, tornando-lhes a vida completamente insustentável. A Câmara de Sardoal conseguiu fazer um planeamento, fruto do bom trabalho que foi feito, conseguindo chegar ao princípio do mês e perceber quanto se tem disponível e, estudar o que se vai fazer, quais as opções que tem, mas, ao mesmo tempo também, que fique claro que a Câmara não deixou de se candidatar a fundos comunitários, ou seja, a intenção de fazer obra não fica por aqui e isso nota-se nas receitas e despesas de capital. Existe um conjunto de obras, às quais a autarquia se candidatou das quais ainda não existe resposta, nomeadamente mobilidade territorial e ciclo urbano da água, na freguesia de Alcaravela, Panascos e Casos Novos, em Cabeça das Mós e também na freguesia de Valhascos. São projetos aos quais a Câmara se candidatou, a candidatura foi aprovada no âmbito do Programa Operacional Regional do MAISCENTRO mas, por falta de dotação orçamental foi transmitido para o POVT e teve de se fazer a candidatura toda de novo, aguardando-se os resultados da mesma. -----

O executivo gostaria muito se conseguisse fazer dentro dos próximos anos esta obra, porque é fundamental para as populações, especialmente das freguesias.-----

A Câmara também tem candidaturas feitas ao SMA, Sistemas de Modernização Administrativa, uma candidatura na ordem dos duzentos mil euros, porque é importante e, porque vem aí um conjunto de respostas que é importante dar, o balcão único do empreendedorismo, a gestão documental, tudo isto são projetos aos quais a Autarquia se candidatou e que acredita ainda conseguir fazer, se não fizer neste mandato fá-lo-á brevemente. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras referindo notar-se uma melhoria em toda a linha, melhoram os resultados, significa que melhorou o desempenho, pelo menos em relação dos gastos com os proveitos da Autarquia. Em relação às dívidas, estas diminuíram e constata-se uma diminuição de um milhão e duzentos e sessenta e cinco mil euros. Esta informação até pode servir para atualizar alguns panfletos que foram distribuídos na Vila de Sardoal e que se calhar já estavam há ano e meio desatualizados em relação àquilo que é a realidade do nosso concelho. -----

O Senho deputado questionou se esta redução não terá sido até um pouco excessiva, se não se está a reduzir demasiado a dívida, até porque houve um corte de cinco por cento no FEF, solicitando alguns esclarecimentos sobre esta redução. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, dizendo que gostaria de comentar este tema voltando às contas de 2008, 2009, 2010 e 2011 e perguntar ao Senhor Vice-Presidente como é que vai resolver o erro que está nas contas, relacionado com a empresa Ventura, à qual foi adjudicado os trabalhos do PDM, porque efetivamente os valores inscritos nas contas não batem certo com aqueles



que transmitiu há pouco. Esse era o trabalho de casa que tinha feito e que ia transmitir, mas que guardou. A diferença é de cerca de 10 mil euros, não é muito, mas de facto é uma falha. -----

Continuou o Senhor deputado referindo pensar que as contas da Autarquia já não o podiam surpreender mas quando começou a ler a nota introdutória, com a palavra “accountability”, gostou do que leu, termos como estes embelezam o texto, mas tirando isso, entende como uma graça. -----

Não se lembra, em anos passados, nas contas, ter sido apresentado um gráfico, como o que surgiu desta vez e que tem o histórico, o mapa da página dezasseis, do relatório de gestão, onde demonstra aquilo que tem sido orçamentado desde 2009 e aquilo que tem sido executado e, isto é a melhor imagem que se pode transmitir, sobre o que têm sido os orçamentos e a execução dos mesmos, nos anos que se seguem. O gráfico oito, revela que se está a aproximar do valor global do orçamento e valor executado, mas ainda existe uma diferença por demais evidente, o que significa que o melhor instrumento de gestão normalmente é o orçamento e deve ter-se o cuidado de o fazer com a atenção necessária, como é óbvio, tem-se sonhado um pouco, até porque em serviço público e, nomeadamente nas autarquias, aquilo que fica é a obra feita e para isso, muitas vezes, é preciso sonhar um pouco, mas ainda assim fazer orçamentos, dando como exemplo o de 2009, a execução foi inferior a cinquenta por cento, assim, tem de se comeder as coisas, ou seja, sonhar um pouco, não sonhar demais, porque senão acontecem coisas dessas. -----

Em relação ao orçamento deste ano, ou a execução, mais uma vez, na sua opinião ficou-se abaixo das expectativas em termos de execução, mas acredita, mais uma vez, que seja por excesso do orçamento na execução. Em relação àquilo que o Senhor Vice-Presidente referiu, sobre a redução nas dívidas é um facto que, de facto se tenha um milhão e duzentos mil euros de redução de dívida mas aquilo que retém e que para si é importante é de facto, qual a parte da dívida que foi reduzida ou, poupança de custos, se assim se quiser entender, que foi reduzida, que é da inteira responsabilidade da Câmara Municipal e essa parte, a qual o deixa muito dececionado, ou essa diferença, são cinquenta e poucos mil euros, basicamente é a diferença entre os fornecimentos e serviços externos que são as despesas correntes de funcionamento. De facto entre 2011 e 2012 reduziu-se cinquenta e poucos mil euros de despesas correntes, despesas de funcionamento, parecendo-lhe muito pouco porque os outros valores que afetam esta redução de dívida, são empréstimos que têm um plano de pagamentos normal e que têm de ser pagos, com mais ou menos dinheiro, mais ou menos projetos e deveriam sempre ser pagos e, grosso modo, são cerca de setecentos mil euros. A questão da Águas do Centro, de cerca de um milhão de euros, em 2011, foi integrada esta dívida foi integrada nas contas e agora seguramente por acordo com a Águas do Centro, que se está a utilizar este milhão de euros, para entrar em conta

corrente para pagamento de dívida e, outra verba, na ordem dos duzentos mil euros que tem a ver com os cortes salariais que foram impostos à função pública, incluindo, os funcionários autárquicos e, tudo isto, são por um lado reduções de dívida, que estavam planeadas, elas iriam acontecer e, por outro lado, são valores de despesa, eventualmente até prevista, mas que não foi realizada de acordo com as indicações que foram dadas pelo orçamento de Estado para 2012 e, neste sentido, este milhão e duzentos e sessenta mil euros de redução de dívida, efetivamente aquilo que é da responsabilidade da autarquia são cinquenta mil euros, tudo o resto são fatores perfeitamente externos à Autarquia. -----  
É verdade que foi um ano sem grandes projetos, não foi feita obra e ainda bem que se aproveitou para pagar algumas dívidas, ainda assim algumas que estão seguramente afetadas ao PAEL, verifica-se que de facto há muitas empresas do concelho que mantinham valores de dívida bastante elevados e, mais uma vez aqui, gostava de chamar à atenção, que a economia do concelho também se defende e também se promove através do pagamento das dívidas às empresas locais. Se calhar para uma empresa pequena, doze mil euros é muito mais importante para a sua vida no dia a dia do que se calhar a grandes empresas, quatrocentos mil euros, nomeadamente, o caso da Rodoviária do Tejo que no início do ano, a dívida era relativamente grande e entretanto foi reduzida, segundo leu, está na ordem dos cinquenta mil euros neste momento, mas por exemplo a Electro-Cascalheira, de Andreus, a qual tem aproximadamente doze mil euros de dívida e alguma dela já com alguns anos. Os valores só são apresentados como têm de ser apresentados mas o que é certo, é que, por algumas empresas fornecerem serviços ou produtos, em diversos capítulos, na contabilidade, os valores aparecem muitas vezes divididos por várias linhas e não se tem a perceção. Esta foi uma empresa que lhe ocorreu, não tem nada contra ou a favor para com a mesma, mas seguramente se se for analisar esta questão, irá encontrar-se outras e, mais uma vez, gostava de apelar à sensibilidade para estas questões para a economia local, porque é importante defendê-la com estas questões, podem parecer pequenas, mas para empresas pequenas, que têm volumes de negócios, algumas delas se calhar não chegarão a cem mil euros e que, uma dívida destas pode chegar a dez por cento da faturação anual. Se se pensar em termos contabilísticos ou em termos empresariais, se se pensar quanto é que representa na margem bruta de uma empresa, ver-se-á que numa empresa pequena uma dívida destas de dez mil euros ou quinze, representa o lucro bruto das vendas de muitos meses e, é neste sentido, que quer acreditar que há sensibilidade nesta matéria. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras para referir que, em relação à economia do concelho e às dívidas das empresas, seria bom que no final do ano, a Câmara devesse muito às empresas do concelho, desde que as contas estivessem em dia, era sinal que se tinha feito muitas

compras no concelho e que a economia do Sardoal estava a contribuir e a ser beneficiada com isso. É claro que as dívidas podem aumentar, desde que a empresa no final do ano tenha vendido mais para o município, também seria importante para se analisar se a dívida aumentou ou diminuiu, saber o que é que vendeu e quando se vendeu e, se for no final do ano, as contas podem estar perfeitamente em dia. Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que “accountability” não foi colocada de propósito para engasgar o Senhor deputado, mas sim uma coincidência. Referiu também que o Senhor deputado Adérito Garcia teve necessidade de recorrer aos anos de 2009 e 2010 para justificar as contas de 2012, o quadro que o Senhor deputado referiu por exemplo, em que falou numa execução orçamental em 2009, de cinquenta por cento, com certeza foi por lapso que se esqueceu de referir que a execução orçamental de 2012 foi de sessenta e cinco por cento, é uma pequena diferença, quinze pontos percentuais, mas o Senhor deputado achou mais importante referir a de 2009. ----- Referiu ainda que a Câmara tem uma preocupação, que já foi referida noutras situações, em relação às empresas do concelho e, é tão grande, que fez com que se fosse ao PAEL. As dívidas que ali estão e a Câmara já pagou a outras empresas do concelho, mais recentes do que estas e muitas destas não foram pagas porque foram incluídas no PAEL porque, de acordo com a lei dos compromissos e pagamentos em atraso, pode fazer-se duas coisas, ou socorre-se do PAEL ou faz-se um plano de pagamento com essas empresas e, a Câmara sabe e, a sensibilidade do executivo diz-lhes isso, que é muito mais importante uma empresa que tem um volume de negócios que o Senhor deputado referiu, é mais importante chegar junto dessas empresas e dizer que, no prazo de seis meses a câmara pagará os quinze, vinte ou trinta mil euros que deve de uma vez só ou, fazer um plano de pagamentos por cinco anos e, a Câmara pagar dois mil euros por mês. Claro que o que é mais importante para essa empresa, é que, ao fim de quatro ou cinco meses a Câmara pague o que deve e por situações como esta é que a Câmara foi ao PAEL, porque a Câmara não tinha necessidade, conseguiria resolver as coisas e esta situação foi discutida por varias vezes, se a Autarquia aderiria ou não ao PAEL, que é um empréstimo a catorze anos com juros inferiores a quatro por cento e que possibilita que se possa dar aquilo que têm direito os fornecedores, de uma vez só. Não seria legitimo não o fazer, daí a preocupação da Câmara e dessas faturas aparecerem também, porque a partir do momento que se incluíram no PAEL, a Câmara ficou a aguardar que o dinheiro viesse e os pagamentos a algumas empresas começaram a ser feitos naquela semana, não sabendo se o caso referido pelo Senhor deputado está incluído. A dívida da rodoviária era um dívida muito grande, cerca de duzentos e cinquenta mil euros, à qual a Câmara fez também um plano de pagamentos, e aqui sim, a autarquia não teve a mesma sensibilidade que tem para com os comerciantes locais, pois foi feito um plano de

pagamentos, chegaram a acordo e a Câmara está a cumprir e, agora a dívida é menor. O mesmo aconteceu com a ADSE, com quem a Câmara fez um plano de pagamentos, e para com a qual tinha trezentos e cinquenta mil euros de dívida, mas o que a Câmara entende, conversando com os fornecedores locais é que, é muito mais importante que a Câmara pague o que deve na totalidade em pouco tempo, do que estar a fazer um plano de pagamentos a cinco anos, esta foi a sensibilidade da Autarquia. -----

Quando o Senhor deputado diz que a redução da dívida é de cinquenta mil euros, é difícil encontrar tais números no documento. Também falam na Águas do Centro, que a Câmara recebeu dinheiro da empresa, é verdade, mas também não há muito tempo que os senhores duvidavam que a Câmara, algum dia, recebesse o dinheiro da empresa, o que é certo, é que se trabalhou para isso e já se recebeu. A Câmara pagou dívida e reduziu a mesma pois é para isso que o dinheiro serve, foi essa a grande obra da Câmara e, não fez outras porque ainda não estão disponibilizados, voltando a referir que, lamentavelmente o QREN esteve parado praticamente dois anos neste país e agora está novamente a dar os primeiros passos, aguardando-se resposta para os projetos da Autarquia. Agora, se a Câmara não faz projetos, porque não há dinheiro para os mesmos e se não baixasse a dívida, isso seria uma festa, igual àquela que foi feita com o parque escolar e, uma das causas da execução orçamental, estar como está, é precisamente o parque escolar. Quando a Câmara se candidatou ao parque escolar ainda não conseguiu fazer o acordo de colaboração com o Ministério da Educação, porque os dinheiros que estariam destinados para o parque escolar do concelho, foram para aquilo que alguém, uma vez, chamou uma festa, foram para um mau uso feito pela empresa Parque Escolar, alguém uma vez criou uma empresa Parque Escolar, que lhe deu candeeiros Sisa Vieira, pisos onde é preciso calçar um determinado tipo de sapatos porque senão o piso é mal empregado para se pisar, coisas deste género, que são asneiras feitas pela empresa Parque Escolar, que faz com que um concelho como o Sardoal esteja à espera, que as asneiras que foram feitas, sejam pagas, para que se possa ter a requalificação do parque escolar do concelho. -----

Nas receitas e despesas de capital é realmente um índice que prejudica a taxa de execução, assim como as outras obras que referiu do QREN. -----

Acredita que todos estão muito contentes por saber que se reduziu a dívida neste valor que se reduziu, e a Câmara vai continuar a trabalhar nesse sentido. -----

O Senhor Vice-Presidente dirigiu-se ao senhor deputado Joaquim Serras, questionando se achava que tinha sido muito, pois na sua opinião foi pouco e que se a Câmara pudesse tinha ido mais longe e porque é que isto aconteceu, perguntou. A Câmara tem um resultado líquido do exercício de cerca de

quatrocentos mil euros, tendo na verdade um pagamento de trezentos mil euros da Águas do Centro e tem uma redução dos custos. Quando se diz que a Câmara só reduziu cinquenta mil euros, nas despesas correntes, o Senhor deputado poderia ter ido buscar os dados de 2009 e 2010, porque este trabalho da redução das despesas correntes, tem sido feito desde 2009, 2010 e 2011 e, é claro que as despesas correntes, chegam a uma certa altura em que não há hipótese de reduzir mais. O que a Câmara fez e, tem feito e, que posteriormente a Lei dos Compromissos obrigou a fazer. Praticamente nada no município é comprado, a não ser que seja uma situação de extrema urgência, sem que seja pedido dois ou três orçamentos, nem que seja um lápis, esta é uma das regras da boa gestão pública. Ainda há pouco tempo fez-se uma revisão dos preços dos serviços de telecomunicações, onde se fez uma redução de seiscentos euros por mês nos custos das telecomunicações e, a Câmara não vai parar por aqui porque para o ano o Senhor deputado irá continuar a ter boas surpresas. -----

Continuou o Senhor Vice-Presidente, dizendo que não existe qualquer dúvida que um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, atenção que é importante que este número seja fixado, porque há vezes em que os números são lidos, que não estão bem certos, umas vezes por defeito, outros por excesso mas a Câmara esclarecerá. Referiu estar muito satisfeito, está quase a terminar o mandato e que esta a juntar a outras, tem sido uma grande obra que tem valido a pena. -----

Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer que se a sua atitude naquele espaço, fosse como alguns senhores deputados pretendesse, tinha que ter intervindo, mas na sua opinião, deve imperar o bom senso. Quando o Senhor deputado Mora de Campos diz que “pela nossa amizade”, estão num concelho onde todos se conhecem, onde todos devem ter a obrigação de saber que ali estão para o bem do concelho e depois, nunca evita chamar a atenção a si e a outros senhores deputados, como também já o fez, a respeito de atitudes que não têm outra intenção que não a melhor. Para si, o espírito a ter é este e, na sua opinião as coisas têm corrido bem neste espírito e, se alguém não concordar pede que lhe seja dito, não percebendo porque é que existe tanta amargura de vez em quando. -----

Posto o assunto a votação e considerando a alínea c) do nº 2 do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar os documentos da Prestação de Contas do ano de 2012, com doze votos a favor, da bancada parlamentar do Partido Social Democrata e três votos contra, da bancada parlamentar do Partido Socialista. -----

Considerando o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a proposta apresentada. -----

A bancada parlamentar do Partido Socialista apresentou uma Declaração de Voto, cujo teor é o seguinte: -----

*“A Bancada Municipal do Partido Socialista votou contra estas contas por entender que efetivamente se perdeu um ano em tudo o que se refere à redução de custos e a dotar a Câmara Municipal de uma estrutura de custos que permitisse de facto, no futuro, poder fazer obra melhor. Entendemos que de facto, podia ter sido feito mais e, com base nisso sustentamos o nosso voto.”* -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista referindo que já uma vez chamou à atenção, e, já que o Senhor deputado Adérito anteriormente citou uma ata da Câmara, onde não constavam determinadas coisas, talvez por omissão, pediu na altura que fosse efetivamente dito e escrito nas atas, quais são os votos a favor e de quem são os votos contra porque amanhã ninguém sabe quem é que votou contra e quem votou a favor. Por uma questão de salvaguarda sua. -----

##### **5. Apreciação do inventário de todos os bens da Autarquia.**

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia questionando se o documento é para ser votado ou só apreciado, pois se for este o caso não pressupõe de votação, tendo o Senhor Presidente da Mesa informado em reunião de Câmara foi votado. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista referindo que em reunião de Câmara foi votado e aceita que tivesse sido, até porque quem tem a responsabilidade é o executivo que tem de ter conhecimento daquilo que existe. Na Assembleia ou vem alguém dar explicações ou então a Assembleia toma conhecimento e aprecia o documento e, se tiver alguma dúvida questiona o executivo. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo que de acordo com a Lei nº 5-A a Assembleia Municipal deve fazer a *“apreciação o inventario de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas”*. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia solicitando que o Senhor Vice-Presidente esclarecesse sobre a valorização atribuída aos edifícios, questionando se foram feitas avaliações ainda que, mesmo por técnicos da Autarquia, com base nos critérios para efeitos do código do IMI ou se são valores contabilísticos. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo que a avaliação dos prédios do município são feitos com base em critérios técnicos, os políticos não tem absolutamente nada a ver, os técnicos é que sabem, fazem a sua avaliação e atribuem. -----

Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que a sua preocupação sobre estas questões da apreciação e tendo em conta sempre o que diz o regulamento da Assembleia, como já ali foi falado várias vezes, a legislação está a mudar e mudou também nestes campos, no que diz respeito à

prestação de contas e respetivo inventário, não querendo correr o risco de fechar uma Assembleia Municipal e ter um documento que devia ter sido aprovado ou não e não o fazer. -----

O Senhor Vice-Presidente fez referência à legislação para a Assembleia de freguesia referindo que para a Assembleia Municipal o texto é o mesmo. -----

O Senhor Presidente da Mesa referiu que como a modalidade, do inventário vir em separado, é nova, podia perfeitamente existir legislação nova que obrigasse a aprovar ou não, em Assembleia Municipal, sendo esta a questão que queria ver devidamente resolvida. -----

Interveio o Senhor deputado Mora de Campos referindo querer cumprimentar e agradecer aos senhores deputados da bancada social-democrata, na qual se incluem alguns amigos, toda a cordialidade e a forma com que colaboraram com a bancada do partido socialista. Em relação aos seus companheiros, que tiveram um trabalho difícil, pesquisaram, tentaram por questões para defesa do concelho e dos munícipes, um grande abraço e o seu muito obrigado. Ao Senhor Presidente da Câmara que por estar de férias, não se encontra presente, deixa o seu abraço amigo, assim também como a todos os Senhores Vereadores, fazendo referência ao Senhor Vereador Joaquim Serras com quem teve o prazer de trabalhar durante quatro anos. A todos os munícipes que continuem a impugnar pelos interesses do concelho, à Mesa os maiores êxitos futuros, concluindo que acaba de apresentar a sua renúncia de mandato. -----

O Senhor Presidente da Mesa referiu que ainda não apresentou a renúncia, irá apresentar, espera que por escrito. Continuou, referindo ter sido um prazer fazer parte daquela Assembleia Municipal com o Senhor deputado Mora de Campos. -----

### **Período de Intervenção do Público**

Interveio o munícipe Senhor Ambrósio, querendo falar sobre a prestação de contas, dizendo ficar satisfeito por ver que as contas são negativas, mas, satisfeito entre aspas, porque, a Autarquia tem um saldo positivo, pagou algumas dívidas, mas obra realizada não tem nada, é muito fácil apresentar contas negativas, questionando sobre as obras que foram feitas, pois se não está enganado não foram nenhuma. Deu o exemplo de uma obra que está prometida há mais de dez anos, desde o tempo em que foi deputado municipal, não sabendo se foi retirada ou não do orçamento, sobre a pavimentação das ruas norte de Cabeça das Mós. Hoje não são ruas, são alguns buracos e pouco mais, porque não foi feito nada nem sequer foi feito qualquer arranjo. A rua das Casas Crespas e toda a zona norte, a canalização ainda é em tubos de lusalite, como ela foi feita é como ela está, foi prometido que ia ser substituído mas não foi. -----

Continuou, referindo querer lembrar que a A23 passou a ter portagens e, os camiões com trinta, quarenta, cinquenta toneladas começaram a passar pela Cabeça das Mós, chamando a atenção para que vejam como está a estrada a seguir ao cemitério e que, quando um camião deitar aquilo abaixo, porque ela está toda partida e, tombar, de quem é a responsabilidade, pois de certeza que a vêm pedir à Câmara. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo que alguma da dívida que a Câmara tem, é dívida de obra, por exemplo o Centro Cultural, a sua dívida está incluída nos documentos, assim como a piscina municipal, pois foram fundos comunitários que foram feitos, mas a componente nacional, foram feitos empréstimos de quinze, vinte anos, por isso uma boa parte da dívida que o município tem, que é cerca de seis milhões de dívida total, é também investimento que foi feito. A Câmara não irá entrar em loucuras de se candidatar a tudo e depois não ter resposta financeira a dar às mesmas, porque uma candidatura comunitária tem um financiamento que pode ir até aos oitenta e cinco por cento, mas tem os quinze por cento da parte da Autarquia. -----

Relativamente à rua referida pelo município, é um dos projetos que falou, que foi apresentado no Programa Operacional Regional MAISCENTRO, que foi aprovada a candidatura, mas, por falta de verbas, transitou para o POVT, para outro programa comunitário, a Câmara refez toda a candidatura e aguarda a resposta. -----

Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que o município tinha referido um ponto muito importante, realmente a tubagem é antiga e, mesmo que a Câmara quisesse, neste momento, colocar um pavimento novo, sem que se mexesse nas tubagens, era um disparate, daí a Câmara ter incluído a obra que o município falou, a rua do norte, juntamente com Casos Novos, Panascos e algumas ruas de Valhascos, no Ciclo Urbano da Água, que implica a reposição de todas essas condutas e na mobilidade territorial que é a reposição do pavimento. A Câmara não tem capacidade financeira de fazer por conta própria, estando a falar de uma obra que é capaz de ultrapassar um milhão de euros por isso tem de aguardar um fundo, um programa comunitário que aprove as candidaturas da Autarquia e anda-se nisto há três anos, não é por inércia da Câmara. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_